

Invasão da Guiana Francesa em 1809: tomada de Caiena pelos luso-brasileiros*

*Cláudio Skôra Rosty***

RESUMO

O presente artigo pretende mostrar um dos reflexos das campanhas napoleônicas na América portuguesa. O Príncipe Regente de Portugal D. João, forçado a abandonar a terra natal em função da sua invasão por tropas francesas como represália, declarou guerra à França e empreendeu uma campanha militar na região Norte do Brasil, com a finalidade de negar uma base francesa na América e consolidar a posse do território português no Brasil até o Rio Oiapoque. Caiena foi conquistada em 14 de janeiro de 1809 por tropas da “Brigada Real da Marinha”, vindas do Rio de Janeiro sob o comando do Capitão de Mar e Guerra James Lucas Yeo e do Capião-tenente Luís da Cunha Moreira, e por tropas terrestres de infantaria e artilharia da Capitania do Pará e Pernambuco, comandadas pelo Tenente-coronel Manuel Marques D’Elvas Portugal. Em 21 de novembro de 1817, Caiena foi devolvida aos franceses, no contexto diplomático entre a França e o recém-criado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve.

PALAVRAS-CHAVE

Guiana Francesa, Caiena, Oiapoque e D. João no Brasil.

Introdução

Ao participar na qualidade de membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército – DPHCEX, no XXXV Congresso Internacional de História Militar,

quero apresentar uma das repercussões pouco conhecida da era napoleônica no Brasil, decorrente do Bloqueio Continental e da invasão de Portugal por Junot, em 1807, ocasionando a transferência da família Real portuguesa para o Brasil. Essa vinda do governo e da corte portuguesa para o Rio de Janeiro foi

* Colaboração do autor e do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil – IGHMB. Palestra proferida no XXXV Congresso Internacional de História Militar, no Porto, em Portugal, em setembro de 2009.

** O autor é Coronel de Infantaria e Estado-Maior e historiador.

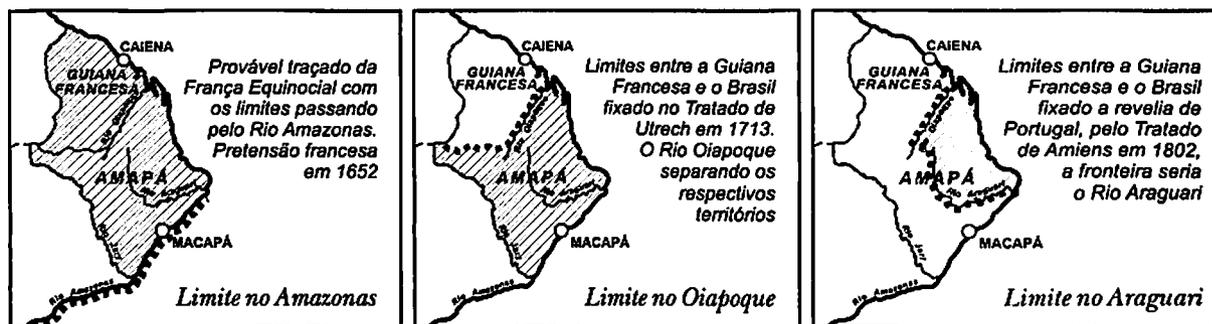
sem dúvida importante para o país declarar sua Independência em 1822. Alcançou o patamar de Estado, com sua elevação à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves (1815).

Das muitas outras repercussões, destaca-se a “Invasão da Guiana Francesa” em 1809, o primeiro ato militar da política externa de D. João e que se constituiu no batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais, com o emprego de tropas anglo-luso-brasileiras e sua ocupação por mais de oito anos de Caiena, que será relatado, seguindo o presente roteiro.

Este trabalho tem por objetivos: apresentar na ordem cronológica os acontecimentos

continente sul-americano ficou a cargo dos portugueses, que se fixaram ao longo do Rio Amazonas. Com o fim da união entre as duas Coroas, a América portuguesa viu-se além dos limites de Tordesilhas. Foi nesse período que se formou o núcleo original da primeira colônia gaulesa às margens do Rio Sinamari, e em 1634 foi transferida para Caiena.

Diante dos choques de interesses, Portugal e França optaram por uma negociação em 1652 e estabeleceram um tratado provisório assinado em 4 de março de 1700. Porém, o limite no Rio Oiapoque só foi definido pelo Tratado de Utrecht, de 11 de abril de 1713.



Figuras 1, 2 e 3 – HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Ed. do Estado-Maior do Exército. Brasília, vol. 1, 1972. p 363-365

que levaram o Príncipe Regente D. João a enviar uma expedição militar para conquistar a capital da Guiana Francesa; conhecer os combates em terra e no mar, que caracterizaram batismo de fogo do Corpo de Fuzileiros Navais; identificar as contribuições que a ocupação de Caiena trouxe para o Brasil.

Antecedentes

A Região das Guianas foi constantemente disputada por ingleses, holandeses e franceses.

Com a União Ibérica (1580-1640), a defesa dos domínios espanhóis na parte Norte do

Depois da chegada do Príncipe Regente ao poder, várias foram as tentativas de acordo sem sucesso, como o de Paris de 1797, que não foi ratificado por Portugal pelo fato de ir contra a seus interesses, e o de Amiens, de 1802, que excluiu o país ibérico das negociações, logo o não reconhecimento do tratado¹.

Ambientação no Teatro de Operações

O contencioso disputado pela França e por Portugal durou quase dois séculos, referia-se à posse do território compreendido entre o Rio Oiapoque, ao norte, e o Rio Amazonas, ao sul,

¹ JORGE, A. G. de Araújo. *Rio Branco e as fronteiras do Brasil*. São Paulo, 1959.

que hoje forma o Estado brasileiro do Amapá. A importância da área disputada se deve ao fato de que o Cabo Norte, entre Belém e Caiena, marcava o limite da foz do Amazonas: quem se instalasse ao sul desse ponto, em qualquer lugar entre o Rio Araguari e a cidade de Macapá, teria garantido o direito de navegar no Rio Amazonas e chegar até o Peru.²

A ideia principal do Príncipe Regente ao chegar no Brasil era conduzir uma operação lo-

cal, organizada e financiada pelo governador do Grão-Pará. Aproximadamente 800km separavam Belém de Caiena, compreendendo as seguintes localidades: Cidade de Chaves, Ilha Caviana, Cabo Norte, Ilha de Maracá, Rios Calçoene, Cunani, Caciporé, Oiapoque, Cabo Orange, Rio Arouague, Rio Mahury (Fortes Diamante, Degras des Cannes e Trió) e Caiena. Cidade de Caiena hoje.

Declaração de guerra à França

D. João desembarcou em 8 de março, no Rio de Janeiro, e, em 10 de junho de 1808, declarou guerra aos franceses, autorando os luso-brasileiros fazerem guerra, por terra e por mar, o que anulou os tratados anteriores entre os dois países e ordenou a conquista de Caiena como represália à França pela invasão de Portugal; para evitar que os franceses mantivessem uma base de apoio na América; para fixar definitivamente no Rio Oiapoque os limites norte do Brasil, a fim de manter a posse do Rio Amazonas e para buscar suas especiarias.



Figuras 4 e 5 – Itinerário até Caiena – Fonte: Claudio Skora Rosty



Figura 5 – Poder relativo de combate – Fonte: Claudio Skora Rosty

² SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809*. Paris: Éditions Karthale, 2003.

DECLARAÇÃO DE GUERRA

“Havendo o Imperador dos Franceses Invadido os Meus Estados de Portugal de uma maneira a mais aleivosa e contra os Tratados subsistentes entre as duas Coroas, principiando assim sem a menor provocação as suas hostilidades, e declaração de guerra contra a Minha Coroa; convém à dignidade dela, e à ordem, que ocupo entre as Potências declarar semelhantemente, a Guerra ao referido Imperador, e aos seus Vassalos: e, portanto ordeno que por Mar e por Terra se lhes façam todas as possíveis hostilidades, autorizando o Corso, e Armamento, a que os Meus Vassalos queiram propor-se contra a Nação Francesa: declarando que todas as tomadas, e presas, qualquer que seja a sua qualidade, serão completamente dos Apresadores sem dedução alguma em benefício da Minha Real Fazenda: A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e o faça publicar, remetendo este por cópia às Estações competentes, afixando-o por Editais.”

Figura 6 – HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Rio de Janeiro, 2 vol, tomo II, 1979. p. 387.

Desenvolvimento

Concentração estratégica

Ao Capitão-General e Governo do Grão-Pará José Narciso Magalhães de Menezes coube organizar a operação bélica para conquistar a Guiana Francesa. Ele constituiu o núcleo da Força Expedicionária com duas Companhias de Granadeiros e duas Companhias de Caçadores do 1º e 3º Regimentos de Linha (Estremós) e

uma Bateria de Artilharia com três peças de seis polegadas.

O Tenente-coronel Manuel Marques D’Elvas Portugal foi designado comandante dessa força, com cerca de 450 homens. Essa força organizada no Belém do Pará seguiu em 8 de outubro para a cidade de Chaves, constituindo o grupo de vanguarda. Em Chaves, antes de

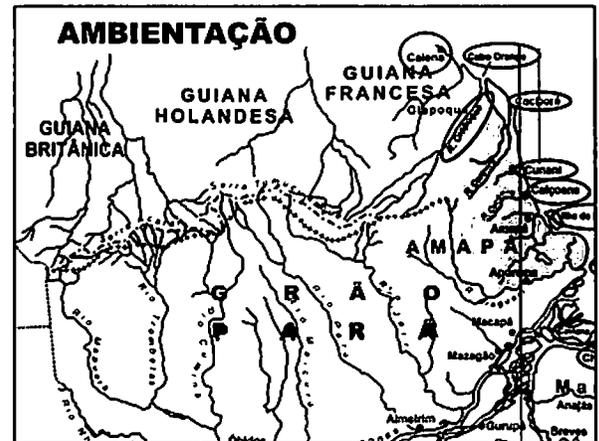


Figura 7 – Fonte Claudio Skora Rosty

prosseguir viagem para a Ilha de Caviana, foi reforçado com um contingente de colonos e indígenas. De Caviana seguiu para a foz do Araguari. Dobrou o Cabo Norte, atingiu o Rio Cunani e estacionou em Caciporé à espera de reforços.

Em 3 de outubro, aportou em Belém a esquadra *Confiance*, navio de guerra inglês, da esquadra do Almirante Sidney Smith, comandada pelo seu sobrinho, Capitão James Lucas Yeo. O Governador Narciso enviou reforços para Marques de 350 soldados do Regimento de Estremós, comandados pelo Major *Palmeirim*. Narciso esperava ainda a chegada de dois navios de guerra portugueses, com 18 canhões cada um, comandados por Luís da Cunha Moreira. Esses navios, que traziam do Rio de Janeiro uma tropa de fuzileiros-marinheiros, partiram de Belém em 22 de outubro, integrando a esquadra de James Lucas. Em 29 de novembro,

os fuzileiros-marinheiros chegaram ao ponto de encontro, foz do Rio Caciporé, onde a flotilha de Marques os esperava. A Força Expedicionária, agora completa, dobrou o Cabo Orange, indo ancorar na foz do Oiapoque. Eram, ao todo, 800 soldados e 300 fuzileiros navais, embarcados para o Combate.

Em Caiena, o comissário do Imperador Napoleão na Guiana, Victor Hugues, contava para a defesa apenas 511 militares profissionais, 200 milicianos e uma centena de escravos armados. Ao todo, em torno de 900 homens.

Conquista de Caiena

Oiapoque (1º a 13 de dezembro de 1808)

O Rio Oiapoque materializava a fronteira que os portugueses queriam restaurar. A frota anglo-luso-brasileira chegou à sua foz em 1º de dezembro, quando James Lucas e Marques se conheceram, e este ficou sabendo que o inglês comandava a força naval, portanto, em igualdade de condições com ele. Nessa ocasião, Marques recebeu do Governador Narciso, por intermédio do Major Palmeirim, a sugestão de libertar os escravos da Guiana e incorporá-los à sua tropa, além de conquistar Caiena, o objetivo final da operação.

O desembarque no Oiapoque ocorreu entre 4 e 7 de dezembro, sem encontrar resistência. Os portugueses instalaram-se na margem direita do rio, defronte do local chamado *Ponta do Vigia*, de onde, no dia 5, Marques enviou o *manifesto* do governador do Pará endereçado a Hugues, proclamando a soberania dos portugueses sobre a margem direita do Rio Oiapoque. Em 9 de dezembro, os portugueses tomaram posse solenemente com saudações à bandeira, salvas de artilharia e missa campal. No dia 13 de dezembro, a tropa ocupou também a margem oposta do Oiapoque.

Aprouague (14 de dezembro 1808 a 5 de janeiro de 1809)

Em 14 de dezembro, Lucas deixou o Oiapoque, rumou com a sua frota para o Aprouague, desembarcando com 30 ingleses e 20 fuzileiros comandados por *Cunha Moreira*.

Essa foi a primeira ação de combate dos Fuzileiros navais do Brasil, cujo bicentenário a Marinha comemorou este ano na Ilha das Cobras. Saliente-se que o bravo *Cunha Moreira*, que viria a ser o 1º ministro da Marinha do Brasil independente, foi homenageado com a medalha comemorativa pelo seu bicentenário de nascimento. No combate ele foi ferido no rosto por uma cutelada de sabre.

Marques partiu para o Aprouague, onde chegou em 23 de dezembro.

O dispositivo francês de defesa em 28 de dezembro estava mais ou menos instalado.

No dia 30 de dezembro, o comissário Hugues enviou uma carta ao ministro francês, por intermédio do brigadeiro *Joséphine*, o qual estava carregado de açúcar, algodão e especiarias, solicitando apoio para enfrentar, com somente 800 homens, efetivo inimigo cuja composição ele calculava em torno de 1.300 a 1.400 homens.

Mahury (6 a 9 de janeiro de 1809)

Na manhã do dia 6 de janeiro, a esquadra aliada deixou o Rio Aprouague e concentrou suas forças de ocupação próximo da Ilha de *La Mère*. O início do desembarque foi comandado por Lucas. A Força Expedicionária ocupou pequena enseada situada na margem esquerda do *Mahury*, entre as baterias francesas do *Diamante* e do *Degras des Cannes*.

Lucas atacou *Diamante* e enviou o contingente português para atacar o *Degras*. Depois de *Diamante* conquistado e ocupado por Marques, Lucas seguiu para *Trió* passando por *Degras*. O *Trió* caiu aproximadamente às 18h por falta

de munição, e seu comandante recuou até Caiena com suas tropas. Marques atravessou o rio com uma centena de luso-brasileiros, apoiado por Savory, desencadeando o combate mais sangrento da campanha.

Na noite do dia 7 para o dia 8, as tropas francesas retiraram-se para Caiena, e Lucas incendiou plantações e destruiu a bela propriedade de Hugues, para esconder os saques vultuosos que fez. No dia 9, as tropas conquistadoras seguiram para a capital.

O fato é que, vencido em combate³ e cercado em Caiena, porém ainda dispondo de força para resistir, Hugues convocou seus auxiliares imediatos na manhã de 10 de janeiro e comunicou-lhes que recebera um abaixo-assinado dos moradores pedindo-lhe para capitular (ele havia estimulado a elaboração desse documento). O argumento para cessar a luta era que os atacantes estavam saqueando e incendiando as propriedades, em particular os comandados do capitão inglês.

A petição dos habitantes de Caiena, exigindo que Hugues se rendesse, chegou às suas mãos na manhã do dia 12, assinada por uma dúzia de civis. Na tarde do mesmo dia, foi assinada a rendição em três línguas, atribuindo a vitória ao “Exército do Pará”.

A *carta de capitulação* continha um preâmbulo e 16 cláusulas. Contudo, a mais chocante era a cláusula 11^a que mantinha o *Código Napoleônico* em vigor até a assinatura do tratado de paz entre França e Portugal.

Rendição

A Guiana Francesa foi conquistada pelos luso-brasileiros com o apoio britânico e ficou

sendo exclusivamente portuguesa. O ato da rendição ocorreu em 14 de janeiro de 1809, na Praça do Governo em Caiena, com a entrega de mais de 500 fuzis e duas bandeiras francesas.

A rendição foi concluída quando 593 soldados de Napoleão foram escoltados até os navios, que lhes serviram de prisão até serem encaminhados de volta à França.

Marques, já como governador provisório, nomeou como seu secretário um cidadão suíço residente em Caiena, “Siegert”, que serviu lealmente aos portugueses durante vários anos. Nomeou também uma junta de civis, fazendeiros e comerciantes, quase todos inimigos de Hugues para administrar a nova posse portuguesa.

Cuidou dos aspectos militares da ocupação, sendo auxiliado por seu adjunto, o Major Palmeirim, que organizou o acantonamento das tropas, a instalação de postos de segurança nos diversos pontos da colônia, a internação dos doentes no hospital de Caiena e expediu um edital de intimação, em 16 de janeiro, para que todos voltassem a trabalhar em suas fazendas.

O brigue *Infante D. Pedro* zarpuou no dia 3 de março, levando a bordo o chefe francês deposto Hugues e chegou em *Morlaix* em 20 de abril de 1809. Os 325 franceses vencidos zarparam em 15 de abril de 1809, e chegaram no começo de junho ao Porto de La Rochelle. Em 15 de março, Lucas seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de se juntar às tropas navais britânicas lá estacionadas.

Embora o termo de posse da Guiana pelos portugueses tenha sido assinado em 14 de janeiro de 1809, ela jamais foi declarada oficialmente como parte integrante do território

³ Nesses combates, Yeo contou 24 mortos ou feridos entre os ingleses, 1 morto e 8 feridos portugueses. Hugues contabilizou 26 mortos e 51 feridos. Cerca de 30 fazendas foram queimadas em 9 de janeiro, e os escravos libertos por vingança saquearam fazendas e destruíram as plantações.

brasileiro até 21 de novembro de 1817, quando foi devolvida à França.

Administração portuguesa de Caiena
O governo provisório de
Marques – janeiro a outubro de 1809

Marques agora livre de Victor Hugues (deportado), o vencido insuportável, e de James Lucas Yeo, o aliado incômodo, passou a se preocupar com a retomada das atividades rurais da Guiana agora portuguesa. Alguns dias depois da vitória, chegou, por intermédio de Narciso, o tão prometido reforço: “a terceira expedição”, e com ela veio instruções precisas do poder central e sua recém-nomeação a general, além da confirmação no posto de governador.

Naquele momento, ele dispunha apenas de cerca de 1.300 homens para manter a defesa da Guiana conquistada. Distribuiu tropas para ocuparem postos nos principais pontos fortes do litoral, reconstruiu as fortificações e reforçou sua artilharia, instalando um eficiente sistema de vigia e alerta.

O novo general se pôs a trabalhar na “Descrição da Guiana Francesa”, informações preciosas sobre a Guiana para o governo central do Rio de Janeiro (geografia, população e produção agrícola).

A nova administração ocupou-se com os direitos de ancoragem, importação e exportação; a capitação, principal imposto, foi conservada com a mesma taxa anterior; foi estipulado um câmbio favorável aos guianenses e asse-

gurada a liberdade de comércio aos negociantes de Caiena, que há anos foram estrangulados pelo bloqueio inglês. Agora eles poderiam frequentar todos os portos do Brasil e até mesmo os das Antilhas britânicas, confirmando que a gestão portuguesa seria liberal, amigável e favorável aos colonos de Caiena.

Defender a colônia, sustentar sua economia, favorecer as atividades agrícolas, manter a calma e a harmonia, essas foram então as instruções recebidas por Marques, além de, sobretudo, pôr as mãos na única e maior riqueza da Guiana Francesa: as especiarias espalhadas por várias fazendas, em especial na *La Gabrielle*.⁴

A falta de víveres era intensa e crítica. O comissário da expedição,⁵ encarregado da intendência, comprava a preço alto e a crédito tudo o que os navios americanos traziam a Caiena, mas os soldados detestavam a comida de senzala que lhes era oferecida, detestavam o peixe do Norte e a farinha de trigo. Queriam mandioca, que Marques mandou plantar por toda parte. Era uma questão de tempo para se chegar à colheita.

A situação sanitária da tropa era terrível. A malária, que havia atacado os homens desde o início das operações, não abrandou depois da vitória. Durante o ano de 1809, o pequeno hospital militar de Caiena teve de abrigar em caráter permanente cerca de 200 militares doentes.

Entre 1812 e 1816, a guarnição, que contava com 940 homens no início do período, perdeu

⁴ *La Gabrielle*, belíssima fazenda dotada das melhores terras da Guiana, protegida dos piratas predadores por uma colina encimada por imensa paineira. Os sucessivos governantes vinham cultivando, há 30 anos, um verdadeiro tesouro em noz moscada e cravo-da-índia. Eles haviam feito todos os esforços possíveis, investido fortunas e haviam esperado ansiosamente pelos resultados, nem sempre satisfatórios. Victor Hugues chegou a dedicar à fazenda um dos artigos de sua rendição: os vencedores não tocariam um dedo na *Gabrielle*, ela era preciosa demais. Os vitoriosos a avaliaram em 180 mil libras esterlinas, ou seja, mais de quatro milhões de francos de ouro. Yeo queria sua parte, na condição de comandante aliado: pediu 75 mil libras aos portugueses, que fizeram ouvidos de mercador.

⁵ Antonio Pereira de Carvalho.

130 por morte e 118 repatriados por doença (bem como 69 desertores). Nessas condições, pode-se imaginar o desespero reinante nas casernas da Guiana, desfechando no incidente de 9 de junho de 1809, quando a tropa muito agitada se reuniu diante do palácio do governador sem que tivesse sido convocada. O Coronel Palmeirim,⁶ segundo no comando da guarnição, conseguiu acalmar um pouco os ânimos e mandou chamar Marques e o admoestou duramente diante da tropa. A situação tornou-se insustentável para Marques, que solicitou seu retorno ao Pará por razões de saúde.

O governo de Alexandrino – (outubro de 1809 a fevereiro de 1812)

O governador Narciso do Pará escolheu um Coronel da Engenharia chamado Pedro Alexandrino Pinto de Souza⁷ para substituir Marques à frente do governo da Guiana. Seduzido por alguns oficiais da guarnição, deixou que se formasse em torno de si uma espécie de corte de favoritos, que se dedicavam a toda

espécie de tráfico de influência; facções que se formavam e se destruíam mutuamente.

Duas personalidades enérgicas assumiram a liderança, afastando Alexandrino da organização da tropa e da gestão administrativa: o Tenente-coronel *Francisco Rodrigues Barata*⁸ fora nomeado para substituir Palmeirim à frente da guarnição. Ele chegou a Caiena em agosto de 1810, cercado do prestígio conquistado em uma brilhante carreira. Teve dificuldades de pôr ordem na guarnição em virtude dos costumes militares em vigor. Naquela época, entre os portugueses, cada regimento tinha o próprio regulamento, de sorte que não se podiam modificar estruturas e missões sem recorrer aos coronéis comandantes das unidades em questão. Estes, em seus quartéis de Belém, consideravam-se oficiais do regimento e senhores exclusivos dos soldados, onde quer que tais soldados se encontrassem. A outra personalidade recém-chegada à colônia foi o *jurista chamado João Severiano Maciel da Costa*.⁹ Sua missão era dupla: primeiramente, deveria supervisionar o funcionamento da

⁶ Palmeirim era um oficial competente. Rigoroso, não aprovava a fraqueza de seu superior e compartilhava do julgamento de Vatar sobre o governador, demasiadamente francófilo em sua opinião. Ele já havia pedido transferência em razão de conflitos pessoais com seu chefe, mas esta lhe havia sido recusada. Palmeirim tinha muitos adeptos: ainda ficou dois anos na Guiana antes de voltar ao Pará, onde recebeu o comando de um regimento, sendo promovido a general em 1818. Opositor da independência do Brasil, voltou a Portugal em 1822 e lá faleceu em 1833.

⁷ Alexandrino Pinto de Souza, por muito tempo, havia trabalhado na marcação das fronteiras no Rio Negro, depois em Macapá; são seus alguns mapas da foz do Amazonas. As correspondências da época traçam-lhe um perfil conflitante. "Um homem de bem, honesto e desinteressado", mas um engenheiro que ficava mais à vontade com seus teodolitos do que em contato com a tropa, "um septuagenário alquebrado pela idade, que nada sabia de disciplina militar". E, para completar, um funcionário em fim de carreira, que ficou de cabeça virada com essa nomeação inesperada e o mísero poder de um governador colonial.

⁸ Em 1798, uma missão incomum lhe havia sido confiada. Tratava-se de fazer contato, em nome da corte portuguesa, com uma colônia de marranos estabelecida há mais de um século, na foz do Rio Essequibo, no local aproximado onde hoje se encontra a cidade de Georgetown. Como a guerra impedia o acesso por mar, era preciso subir o Amazonas, o Rio Negro e depois o Rio Branco. Daí, uma portagem de alguns quilômetros permitia passar ao Essequibo e então bastava descê-lo até o mar. Barata levou cerca de dois anos para fazer o trajeto de ida e volta em uma piroga, acompanhado de um punhado de índios. Seu relato escrito da empreitada tornou-se uma importante fonte sobre a história das regiões que ele atravessou. Voltou então a Portugal, onde combateu os franceses em 1808 e 1809 e de onde foi chamado para assumir o posto em Caiena.

⁹ João Severiano Maciel da Costa, brasileiro de nascimento, natural de Minas Gerais, havia completado seus estudos em Coimbra e trabalhado como magistrado em Portugal antes de ser nomeado juiz da Corte de Apelação da província brasileira da Paraíba. Era apaixonado por Economia e falava francês, qualidades que o levaram a ser escolhido, em junho de 1809, Intendente Geral de Polícia da Guiana, onde chegou em janeiro de 1810.

justiça e da polícia, uma questão que se tornara delicada para os portugueses, em razão do artigo da capitulação que previa a manutenção do código napoleônico no território. Em segundo lugar, deveria organizar as finanças da colônia, tendo como missão explícita possibilitar que ela nada custasse ao tesouro. Denunciou ainda outros desmandos financeiros, como a importante dívida com os fornecedores americanos de produtos alimentares para a guarnição.

Maciel retomou o controle da situação durante o primeiro semestre de 1810. Em 6 de fevereiro, decretou a necessidade de passaporte para todos os viajantes e implantou a censura da correspondência. No dia 7 de março, impressionado com o nível de consumo de rum, transformou a bebida em monopólio, revertendo o lucro para o governo. Em abril, reorganizou a alfândega e a justiça, assumindo pessoalmente as atribuições de juiz de uma corte de cassação. Finalmente, em julho, dissolveu a junta provisória que havia sido formada por Marques. Maciel instituiu um estado liberal, simples e eficaz, bem diferente da administração colonial francesa, inchada e pretória.

O suíço Siegart, que havia trabalhado para Marques, continuou a serviço de Maciel até o fim, era inestimável auxiliar, aparentemente íntegro, cujas revisões e balanços certamente deixavam maravilhados os financistas da capital.

O Governador Narciso Magalhães de Menezes faleceu em Belém, em dezembro de 1810.¹⁰ E uma junta provisória o substituiu, composta pelo bispo, pelo juiz de mais alto posto da província e pelos chefes militares das principais unidades ali existentes.

Marques, que se encontrava em Belém, foi nomeado para compor também a junta, o qual

assistiu impotente às eternas disputas entre o prelado e o juiz, que deixavam a junta inoperante e o Pará à deriva. A atonia da junta não passou despercebida em Caiena, onde também ocorriam violentos conflitos entre Alexandrino e o Coronel Barata.

Na noite do dia 5 de março de 1811, os rebeldes deixaram, efetivamente, os quartéis. Formaram várias colunas, uma das quais marchou em direção à praça principal, armada com lanças, sabres e facas, já que nunca lhes era dada nenhuma munição. O Coronel Barata mandou colocar dois canhões em posição de tiro e formou em pelotão com as unidades leais e com todos os oficiais, atirando contra os revoltosos.

O motim em Caiena causou muita preocupação às autoridades de Belém e do Rio, sem, contudo, levá-los a tomar qualquer medida concreta. O rigor da repressão foi suficiente para manter a ordem na tropa até o final da ocupação. Entretanto, a incompetência de Alexandrino era evidente, assim como a capacidade de Maciel. O primeiro foi chamado de volta, e o segundo foi encarregado de conduzir os assuntos civis, tendo sido criado um posto de governador militar, exclusivamente para cuidar da defesa e da guarnição, para o qual Marques foi nomeado em junho. Ele encerrou seu mandato anual na junta de governo e voltou a Caiena em fevereiro de 1812.

O governo de Maciel – fevereiro de 1812 a novembro de 1817

Não se conhece nenhum decreto oficial que estabelecia os poderes de Maciel. Ele nunca foi realmente “governador” da Guiana, mas sua personalidade forte e as limitações do cargo de Marques, estritamente militar, fizeram-no, de fato, a principal autoridade da colônia.

¹⁰ O túmulo de Narciso continua lá, na Igreja das Mercês em Belém. A pedra tumular exibe a lista de suas condecorações e seu título, único na história dos governadores do Pará: “Governador da Capitania do Grão Pará, Rio Negro, e Caiena”.

Ele já vinha atuando há dois anos e suas medidas começavam a dar frutos: a Guiana se desenvolvia. Isso fica evidente quando se observa os balanços feitos por Siegert ou o ensaio estatístico de Moreau de Jonnés. Antes da conquista, a Guiana Francesa importava mercadorias no valor de cerca de 1.500.000 francos e exportava 1.300.000. Nos anos 1812, 1814 e 1815, para os quais existem dados brasileiros disponíveis, as importações (subsistência) mantiveram-se mais ou menos no mesmo nível, enquanto as exportações aumentaram sensivelmente, atingindo 2.300.000 em 1815. As mercadorias exportadas eram, sobretudo, o algodão, o urucum e o cravo-da-índia. Os portos franceses foram inacessíveis até 1815, mas a demanda do Brasil e das Antilhas britânicas, agora abertas e estimuladas ao comércio, mais do que compensou esse déficit. Entre 100 e 200 escravos ingressavam, a cada ano, na colônia, onde seu número total permanecia mais ou menos estável.

O destino incerto da colônia não justificava nenhum investimento português nesse sentido.

O que ficou durante os combates, conhecido como sequestro, institui-se em março de 1812. Foram atingidas no conflito 29 propriedades, avaliadas no total em dois milhões e meio de francos. Uma delas era a fazenda chamada de Quartel-General, de propriedade de Victor Hugues, a mesma que James Lucas havia incendiado. Essas propriedades empregavam ao todo dois mil escravos, cifra a qual permite supor que representavam cerca de 1/5 de toda a produção da Guiana. Os intendentess dessas fazendas foram convidados a entregar suas contas e seus lucros ao governo, que invocou para si

o direito de demiti-los e de substituí-los. Marques mantinha sua guarnição sob controle, assistido por um comandante de armas competente, José Pedro Dias Azedo. A guerra entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, em 1812, propiciou-lhe a oportunidade de desmentir brilhantemente a fraqueza que lhe fora atribuída, com sua atuação no incidente do brigue inglês, *O Mosquito*, ancorado em Caiena.¹¹

Desde 28 de agosto de 1809, o ministro da guerra, Conde de Linhares, havia enviado a Narciso instruções diferentes daquelas executadas sobre a gestão da Guiana. A principal preocupação do governo central naquele momento era o transplante das especiarias para o Jardim Botânico de D. João, no Rio de Janeiro.

A Guiana Portuguesa, em 21 de novembro de 1817, foi devolvida à França, depois de acertos entre as potências por ocasião da assinatura do Ato Final do Congresso de Viena (9 de junho de 1815). Em 8 de novembro de 1818, chegou em Caiena o general francês Conde Carra-Saint-Cyr, governador da Guiana novamente Francesa.

Conclusão

Defender a posse, sustentar sua economia, favorecer as atividades agrícolas, manter a ordem e a harmonia foram as maiores preocupações dos administradores Marques, Alexandrino e Maciel, bem como cuidar das mudas das especiarias espalhadas por várias fazendas, especialmente da *La Gabrielle*.

As questões de limites entre a França e o Brasil não foram resolvidas no Império e na Primeira República. Ainda ocorreram conflitos como

¹¹ O comandante de um brigue inglês, *O Mosquito*, ancorado em Caiena, havia capturado injustamente duas escunas suecas, portanto neutras, que ele suspeitara fossem de fato americanas. Marques o repreendeu duramente e o expulsou do porto. O brigue, confiando na força de sua bandeira, voltou alguns dias mais tarde. Para surpresa geral, Marques o recebeu com tiros de canhão, rechaçando-o definitivamente, e depois se queixou junto a Londres. Ao que parece, o comandante Tomkinson recebeu uma advertência do Conselho de Guerra.

a invasão francesa no Amapá, em 1895, repelida pela tropa de Francisco Xavier da Veiga Cabral (Cabralzinho). Em 1897, o Brasil submeteu à Comissão de Arbitragem, em Genebra, a pendência franco-brasileira sobre o limite no Oiapoque. A posição brasileira foi defendida por Rio Branco, e o presidente da Confederação Helvética expediu, em 1º de maio de 1900, o laudo arbitral favorável ao nosso país. Ficava, assim, juridicamente assentada a posse pelo Brasil do território que hoje constitui o Estado do Amapá. Além do seu valor estratégico, é rico em minérios, particularmente manganês, para cuja exploração construiu-se uma ferrovia e um porto. A fixação da fronteira no Oiapoque livrou-nos de conflitos que poderiam ocorrer, caso o delta do Amazonas viesse a ser partilhado com outras potências.

Contribuições da Tomada de Caiena para o Brasil

Políticas

A maior contribuição da Tomada de Caiena para o Brasil foi garantir posse do estuário do Rio Amazonas e da livre navegação até os Andes, garantindo a preservação da integridade da parte Norte do território brasileiro.

Como prêmio, D. João mandou cunhar uma medalha comemorativa da Tomada de Caiena, cujo exemplar se encontra no museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e no pátio do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, encontra-se um canhão apreendido nos combates de Caiena no ano de 1809.

Econômicas

A maior contribuição econômica para o Brasil foi dada pela fazenda de aclimação *La Gabrielle*, que fomentou o Horto Botânico do

Pará, criado em 1796, por meio de remessas de mudas de plantas exóticas (especiarias), as quais possuíam alto valor no mercado internacional, que antes eram feitas na clandestinidade.

A cana caiana, a noz-moscada, o romã, a palmeira imperial ou real, o cravo-da-índia, a fruta-pão, a fruta do conde, e há indícios de que até a carambola foram introduzidas no Brasil, por intermédio de Caiena. Também vieram as primeiras mudas de café (século XVIII).

Ao total, foram enviadas 82 espécies acompanhadas de instruções para o seu plantio. Com a criação do Horto Real (1808), no Rio de Janeiro,¹² e do Horto do Recife e Olinda (1811), consolidou-se a rota de remessas de plantas exóticas de Caiena para o Pará, e de lá para os demais hortos do Brasil. Entretanto, atualmente, o traço mais significativo deixado pela empreitada luso-brasileira em Caiena está nas vastas plantações de cana-de-açúcar no Brasil, tornando-se o primeiro produtor mundial de açúcar e de combustível não poluente (álcool). A variedade predominante veio originalmente do Haiti, passando pela Guiana e perpetuando-se no Nordeste brasileiro como "*Cana Caiana*".

Militares

Criação do Corpo de Fuzileiros Navais

No combate em Aprouague ocorreu o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais. A campanha em Caiena evidenciou que os componentes da tropa luso-brasileira possuíam um diferencial: a vocação anfíbia. Eram destemidos combatentes que realizaram a primeira operação combinada na Amazônia.

A Banda Marcial dos Fuzileiros Navais com seus uniformes históricos, em suas apresentações públicas, referenciam a epopeia da tomada de Caiena.

¹² Em 13 de junho de 1808, o Príncipe Regente criou o Horto Real (Jardim Botânico - Rio de Janeiro), onde foram transplantadas as mudas vindas da Guiana Francesa aclimatadas pela fazenda *La Gabrielle*.

Criação da 2ª/32º Grupo de Artilharia de Campanha (Bateria Caiena)

Em 1987, o Ministério do Exército, por intermédio do seu Centro de Documentação, preencheu uma lacuna, atribuindo a denominação histórica de “Bateria Caiena” à 2ª Bateria do 32º Grupo de Artilharia de Campanha. Hoje está sediada em Brasília, participando com seu uniforme de

época das solenidades de troca de guarda do Pavilhão Nacional e executando tiros de salva de gala.

Consolidação do limite norte e da posse da foz do Amazonas

Finalmente, a Tomada de Caiena permitiu a conquista, a ocupação e a consolidação do território brasileiro na Amazônia. ☺

Referências

- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. Brasília: Senado Federal, 1998.
- ABREU E LIMA, J.I. *Compêndio da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Ed. Laemmert, 1843.
- AZEVEDO, Francisca Nogueira. *Dom Joaquim Xavier Curado e a política bragantina para as províncias platinas (1800-1808)*. In: Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/7Letras, set. 2002, n.5.
- CALMON, Pedro. *O Rei do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1957.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. S. Paulo, 1959.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- GRIECO, Donatello. *Napoleão e o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora BIBLIEX. 1995.
- GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. A diplomacia de dom João VI em Caiena. Rio de Janeiro: G.T.L., 1963.
- Serviço de documentação Geral da Marinha*. Rio de Janeiro. 2ª vol, tomo II, 1979. p. 383-411.
- HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Brasília: Ed do Estado-Maior do Exército. Brasília, vol 1, 1972. p. 363-370.
- HISTÓRIA NAVAL BRASILEIRA. *Serviço de documentação Geral da Marinha*. Rio de Janeiro, 2ª vol, tomo II, 1979. p. 371-411.
- LYRA TAVARES, Aurélio. *Régards sur Cinq Siècles France – Brésil*. Paris: Éditions, 1973.
- MACEDO SOARES, José Carlos de. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Comemoração do 1º centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: José Olímpio editor, 1939.
- MARIZ, Vasco. *Ensaio Histórico*. Rio de Janeiro: Barléu Edições Ltda, 2004.
- NOGUEIRA DA SILVA, Paulo Napoleão. *Crônica de D. João VI*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2005.
- O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DO BRASIL. Rio de Janeiro: BIBLIEX. Odebrecht, Salvador (BA), 1988.
- ROCHA POMBO. *História do Brasil*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1960.
- SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809*. Paris: Éditions Karthale, 2003.
- VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1958.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.